

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.554 - PA (2019/0048277-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ODALEIA CARNEIRO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : OSVALDO JESUS SERRÃO DE AQUINO - PA001705
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO E PRETENSÃO DE SEGREGAÇÃO DOMICILIAR EM RAZÃO DO FATO DE A RECORRENTE SER GENITORA DE CRIANÇA MENOR DE 12 ANOS DE IDADE. *MODUS OPERANDI* DO CRIME E FUGA DO DISTRITO DA CULPA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL E PARA A CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CRIME COMETIDO COM VIOLÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Por meio deste recurso *em habeas corpus*, interposto por **Odaleia Carneiro de Souza**, pretende-se a imediata revogação da prisão preventiva imposta à recorrente – decretada no Processo n. 0010956-22.2018.8.14.0053/PA, em curso na comarca de São Felix do Xingu/PA – ou a substituição da custódia por prisão domiciliar, com fundamento no art. 318, V, do Código de Processo Penal, sem prejuízo da aplicação de outras cautelares diversas do cárcere.

Segundo dispõem os autos, a recorrente *teve a prisão temporária decretada em 20 de janeiro de 2018, a qual não restou cumprida, uma vez que paciente encontrava-se em local incerto e não sabido, por supostamente infringir os artigos 121, § 2º, inciso I e IV do Código Penal, conforme ação penal n. 0000805-94.2018.8.14.0053. Foi oferecida a denúncia em 21 de maio de 2018, recebida em 7 de junho de 2018 (fls. 53/54).*

Ato contínuo, foi decretada a prisão preventiva (fls. 30/34).

Esta, a ementa do acórdão *a quo* (HC n. 0800135-51.2019.8.14.0000), que manteve a decisão singular (fls. 70/71):

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - PLEITO DE EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA COM ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART 312 DO CPP E PREDICADOS PESSOAIS FAVORÁVEIS, BEM COMO PLEITO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS E CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR EM RAZÃO DE SER POSSUIDORA DE FILHA MENOR - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO - NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE A PACIENTE SEJA INDISPENSÁVEL AOS CUIDADOS DA MENOR - PRESENÇA DO REQUISITO DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL - INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS, DENTRE AS QUAIS, A PRISÃO DOMICILIAR - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE NÃO SE SOBREPÕEM AOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA NOS TERMOS DA SÚMULA N. 08 DESTES TRIBUNAL. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA - UNANIMIDADE.

1. Paciente denunciada pela suposta prática do crime previsto no 121, § 2º, inciso I e IV do Código Penal.

2. Pleito de soltura, alegando, para tanto, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP e predicados pessoais favoráveis, bem como pedido de aplicação de medidas cautelares diversas e concessão de prisão domiciliar em razão da mesma ser possuidora de filha menor.

3. Na espécie, a situação da paciente não se enquadra ao aresto judicial determinado no HC Coletivo 143641 pelo STF, posto que não há nos autos qualquer documento que comprove que a mesma seja imprescindível aos cuidados da sua filha menor, bem como a inexistência de outra capaz de exercer tal mister.

4. Ademais, como se vê dos documentos que compõe o presente *writ*, sobretudo das informações prestadas pela autoridade coatora a paciente ainda não teve prisão cautelar contra si deferida devidamente cumprida, estando a mesma em local incerto e não sabido, o que, inclusive, motivou o desmembramento do processo de origem.

Sem maiores esforços, verifica-se a paciente se furta de responder ao processo crime nº 0000805-94.2018.8.14.0053, de capitulação penal referente ao art. 121, § 2º, I e IV do CPB, criando embaraços para o bom deslinde da ação penal.

Assim, com fins a se assegurar a aplicação da lei penal, outra medida não se impõe que não seja a manutenção da prisão preventiva da paciente, de sorte que se revelam descabidas, inclusive, quaisquer medidas cautelares diversas da prisão (dentre as quais, a prisão domiciliar).

5. Constata-se portanto, que o Juízo discorreu a legislação pertinente e a subsumiu ao caso concreto, demonstrando a evidente presença do requisito do art. 312 do CPP, sobretudo da aplicação da lei penal.

6. Condições pessoais favoráveis da paciente que não se sobrepõem aos requisitos do art. 312 nos termos da Súmula nº 08 deste Tribunal

7. Inexistência de constrangimento ilegal a ser sanado na presente via.

ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. UNANIMIDADE DOS VOTOS.

Aduz a recorrente, em suma, que é primária e sem antecedentes criminais, e que há carência de motivação concreta em sua prisão preventiva; sendo cabíveis, portanto, medidas alternativas menos invasivas à liberdade (art. 319 do CPP). Subsidiariamente, almeja a conversão em prisão domiciliar, por possuir filha de menor

Superior Tribunal de Justiça

de 12 anos de idade (fl. 88).

Requer a recorrente, portanto, o seguinte (fl. 96):

[...] 34. Preliminarmente, presentes as circunstâncias excepcionais que autorizam o deferimento da tutela de urgência, requer a Recorrente a concessão da providencial Liminar sendo expedido o contramandado de sua prisão, a fim de aguardar solta ao julgamento definitivo deste Recurso, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas (cf. art. 319 / CPP).

35. No mérito, a expectativa da Recorrente é de revogação da sua prisão preventiva, à míngua de legal fundamentação, mediante a substituição por medidas menos gravosas. Subsidiariamente, sua conversão em prisão domiciliar, face sua condição de mãe de menor de 12 anos de idade, mediante o cumprimento de medidas alternativas descritas no art. 319/CPP.

[...]

Em 20/9/2019, indeferi o pedido liminar (fls. 108/113).

Prestadas as informações pelo Juízo de primeiro grau (fls. 119/122), o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 124/134):

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR COM FUNDAMENTO NO JULGAMENTO DO HC Nº 143.641/SP. MULHER PRESA MÃE DE MENOR DE 12 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. CRIME COM VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA. PACIENTE FORAGIDA. EXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA QUE NÃO RECOMENDA A CONCESSÃO DA MEDIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

– A jurisprudência do STJ e do STF assentou o entendimento de que o *habeas corpus* não deve ser conhecido quando consistir em utilização inadequada da garantia constitucional, em substituição aos recursos ordinariamente previstos nas leis processuais.

– Restando devidamente fundamentada a decisão que manteve a segregação preventiva, com a indicação de elementos objetivos que justificam sua imposição, não há falar em constrangimento ilegal que justifique a revogação da medida processual.

– A impossibilidade de concessão de prisão domiciliar encontra-se justificada pelo fato de a Recorrente ter cometido crime com violência contra a pessoa, circunstância que obsta a concessão da medida pleiteada, conforme ressalva do próprio Supremo Tribunal Federal no acórdão prolatado no HC coletivo n. 143.641/SP – Parecer pelo conhecimento e improvimento do recurso ordinário.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Superior Tribunal de Justiça

O Magistrado singular decretou a prisão preventiva da recorrente, mediante a seguinte fundamentação (fls. 29/34 – grifo nosso):

[...] No caso em apreço, o exame das provas coligidas demonstra ser justificável e conveniente a segregação cautelar dos representados nos termos da representação formulada pela autoridade policial.

A materialidade e os indícios de autoria se encontram evidenciados pelo vasto acervo probatório constantes dos autos do inquérito policial e da presente representação, os quais demonstram que Josué Oliveira Barros, vulgo, 'Zé Barrão', juntamente com Francisco Mendes de Oliveira, vulgo 'Pit Bull' ou 'Tolete', **foram os possíveis executores, enquanto que Antonio Honorato de Sousa e Odaléia Carneiro de Souza são os mandantes do assassinato de M P da S.** Presente, portanto, *in casu*, o *fumus comissi delicti*.

As provas são fortes e contundentes no sentido de demonstrar a existência de indícios de autoria quanto aos delitos apurados no inquérito policial, pressuposto da prisão preventiva, a qual exige fundadas razões de acordo com qualquer prova admitida na lei penal, de autoria ou participação em crimes como os quais são imputados aos representados.

Clara é a citação do professor Nestor Távora sobre o tema:

[...]

Quanto ao *periculum libertatis*, que se afigura através da garantia da ordem pública, conveniência da instrução processual e para garantir a aplicação da lei penal, de igual modo se faz presente.

A forma de execução dos crimes, a conduta dos representados, antes e depois do ilícito e outras circunstâncias provocaram e vem provocando imensa repercussão e clamor público, abalando a própria garantia da ordem pública. Impondo-se a medida como garantia do próprio prestígio e segurança da atividade jurisdicional.

[...]

Adentrando a análise do *periculum libertatis*, constata-se que também está presente, para a garantia da ordem pública, da instrução processual e da aplicação da lei penal.

Ademais, **o fato de os representados terem se evadido do distrito da culpa, para frustrar a prisão temporária, por si só, é suficiente para a decretação da prisão preventiva para a garantia da instrução processual e da aplicação da lei penal.**

[...]

Com efeito, na espécie, o Juiz de primeiro grau fundamentou a necessidade da prisão preventiva da recorrente em razão do *modus operandi* da conduta delitiva – homicídio qualificado efetuado, por meio de prepostos, com três disparos de arma de fogo na cabeça da vítima –, além disso, a evasão da indiciada causa *embaraços para o bom deslinde da ação penal* (fl. 77), sendo a medida extrema adequada para assegurar a aplicação da lei penal, para a conveniência da instrução criminal e para a garantia da ordem pública.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUCEDÂNEO DE RECURSO APROPRIADO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO ACÓRDÃO PROFERIDO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RÉ PRONUNCIADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 21/STJ. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DA AGENTE. SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR PRISÃO DOMICILIAR PARA ASSISTÊNCIA DOS TRÊS FILHOS MENORES. IMPOSSIBILIDADE. DELITOS COMETIDOS COM EXTREMA VIOLÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. Constata-se da leitura do acórdão impugnado que a alegação de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, não foi objeto de julgamento pelo Tribunal de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância, consoante pacífico entendimento desta Corte.

3. Paciente pronunciada em 13/12/2017, incidindo na hipótese o disposto na Súmula 21 desta Corte Superior, segundo a qual: "pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução."

4. Com o advento da Lei n. 13.257/2016, o art. 318 do CPP passou a permitir ao juiz a substituição da prisão cautelar pela domiciliar quando o agente for "mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos".

5. Em recente decisão, nos autos do HC 143.641/SP (Rel. Ministro Ricardo Lewandowski), a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal concedeu habeas corpus coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes, excetuados os casos de: a) crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, b) crimes praticados contra seus descendentes ou c) situações excepcionalíssimas, devidamente fundamentadas.

6. Na espécie, é inadequada a substituição da custódia preventiva pela prisão domiciliar, isso porque a paciente foi denunciada por delito praticado com violência e teve sua prisão preventiva decretada após o descumprimento das diversas medidas cautelares alternativas que lhe foram impostas. Segundo consta, a paciente, após ter discutido com a vítima através de ligação telefônica por causa de uma conta de energia elétrica, teria ido à casa da ofendida, desferindo-lhe quatro golpes de faca, um na região do braço e três na das costas. As agressões perpetradas pela paciente foram interrompidas pelo seu pai, que interveio em favor da vítima, possibilitando sua fuga.

7. A colocação da paciente em liberdade representa, de fato, risco concreto ao meio social, dada sua periculosidade concreta verificada no *modus operandi* do delito.

8. Nesse contexto, evidenciada nos autos a periculosidade da paciente, acusada de delito grave cometido mediante violência, não há falar em substituição da prisão preventiva pela domiciliar, nos termos do decidido pela Suprema Corte no julgamento do HC n. 143.641/SP.

9. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC n. 436.780/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 28/8/2018 –

Superior Tribunal de Justiça

grifo nosso)

Portanto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

